

# IVA – análise ao n.º 4 do artigo 3.º

## Pergunta

Imagine-se o seguinte cenário: a empresa “A” vende o seu imobilizado à empresa “B”; esta tem participação na empresa “A”. A ideia dos sócios é que a empresa “B” tenha o património e a empresa “A” exerça a laboração. A empresa “A” continua a laborar e a empresa “B” debita aluguer pelo uso dos bens do imobilizado. Aquando da transmissão dos bens de imobilizado da empresa “A” para a empresa “B” é ou não obrigatória a liquidação do IVA ou pode aplicar-se o previsto no n.º 4 do art.º 3.º do CIVA?

## Resposta

O n.º 4 do art.º 3.º do CIVA exclui do conceito de transmissões e consequentemente do âmbito de incidência do imposto, as «cessões a título oneroso ou gratuito do estabelecimento comercial, da totalidade de um património ou de uma parte dele; que seja susceptível de constituir um ramo de actividade independente, quando, em qualquer dos casos, o adquirente seja ou venha a ser, pelo facto da aquisição, um sujeito passivo do imposto».

Uma empresa vendeu a uma outra o seu imobilizado. Saiba se esta transmissão está ou não sujeita a liquidação de IVA e as normas que sustentam a opinião formulada.

Desta forma, aquele normativo aplica-se desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos:

- Cessão definitiva a título oneroso ou gratuito;
- De um estabelecimento comercial ou industrial, da totalidade de um património ou de uma parte dele;

- Que seja susceptível de constituir um ramo de actividade independente;
- Desde que o adquirente seja um sujeito passivo do imposto ou o venha a ser pelo facto da aquisição.

Face aos pressupostos do n.º 4 do art.º 3.º do CIVA, verifica-se que a situação em análise, não reúne um desses pressupostos necessários para a sua aplicação, porque efectivamente não há uma transmissão que possa configurar-se como uma “universalidade”; há simplesmente uma transmissão de bens do activo imobilizado.

Assim, a referida transmissão é sujeita a IVA, nos termos dos art.ºs 1.º e 3.º do Código do IVA, devendo a empresa “A” emitir a respectiva factura à empresa “B”, liquidar o correspondente imposto que a empresa “B” poderá deduzir se exercer uma actividade sujeita a IVA e dele não isenta.

(Resposta redigida em Setembro de 2002)

# Despesas com início de actividade

As despesas efectuadas por uma empresa antes do seu início de actividade poderão ser aceites para efeitos de dedução? Conheça as razões que sustentam o parecer emitido.

## Pergunta

Uma empresa começou a actividade em 1 de Junho de 2002, mas tem despesas anteriores a essa data (constituição, compras de mercadorias, etc.), apesar de não ter vendido qualquer mercadoria. Estas despesas são aceites?

## Resposta

As despesas de instalação, conforme o previsto no Plano Oficial de Contabilidade, correspondem às despesas com a constituição e organização da empresa, assim como as despesas relativas à sua expansão, designadamente despesas com o aumento de capital, estudos e projectos, não podendo ser aqui enquadradas as despesas com aquisição de imobilizado e existências a afectar à actividade normal da empresa.

Para enquadramento em termos do

Código do IVA, o imposto suportado nas aquisições de imobilizado e existências, é dedutível nos termos do art.º 20.º – Direito à dedução – do CIVA, que só terá aplicação após o registo da empresa como sujeito passivo daquele imposto.

O referido registo, para efeitos de IVA, passa pela obtenção do respectivo número de identificação fiscal, no Registo Nacional de Pessoas Colectivas, e entrega, junto do respectivo Serviço de Finanças, da declaração a que se refere o art.º 30.º do CIVA (Declaração de início/registo de actividade), entendimento dado pelo Ofício-Circulado n.º 20 040, de 14 de Março de 2001, da DSIRC:

«(...) Procurando esclarecer as mesmas e uniformizar procedimentos, divulga-se o seguinte entendimento, sancionado por despacho do Ex.mo Director-Geral, de 2001/03/06:

1. A emissão do cartão provisório de Pessoa Colectiva implica uma ins-

crição no Fichero Central de Pessoas Colectivas, tal como está definido no regime jurídico do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 129/98, de 13 de Maio;

2. O referido cartão provisório permite à entidade sua detentora o exercício da actividade para a qual foi constituída, pelo que o prazo estabelecido no n.º 1 do art.º 95.º (actual art.º 110.º) do CIRC deve ser contado a partir da data de emissão do cartão, por esta corresponder a um registo efectivo no Fichero Central de Pessoas Colectivas, ainda que com carácter provisório;

3. Uma vez obtido o NIPC provisório, a entidade deverá apresentar a declaração de inscrição no registo no prazo de 90 dias, após a emissão do mesmo, não sendo relevante para estes efeitos, a outorga da escritura de constituição;

4. Caso o início de actividade ocorra antes o fim deste prazo, considera-se que a declaração de início para efeitos de IVA, a que se refere o artigo 30.º do respectivo Código, é, nos termos do n.º 2 do art.º 95.º (actual art.º 110.º) do Código do IRC, também a declaração de inscrição no registo de sujeitos passivos deste imposto; (...)

Será este o prazo para entrega da

declaração de início de actividade, quer para efeitos de IVA quer para efeitos de IRC.

Note-se que, movimentos ocorridos anteriormente à data do início da actividade, constante da respectiva declaração, não conferem o direito à dedução do imposto, podendo, no entanto, fazer reportar-se o início da actividade ao da ocorrência da primeira operação tributável.

A dedutibilidade das despesas incorridas pelas sociedades, para efeitos da aplicação do disposto no Código do IRC, depende de se poderem comprovar que foram indispensáveis para a realização dos proveitos ou ganhos ou para a manutenção da fonte produtora, conforme dispõe o art.º 23.º do CIRC.

Tratando-se de despesas incorridas antes do início da actividade, que não as de constituição da sociedade, poder-se-á entregar uma declaração de alterações reportando a data de início de actividade à data dessas despesas, suportando a correspondente coima, por forma a poderem ser incluídas na contabilidade da sociedade e poder ser exercido o direito à dedução do IVA.

(Resposta redigida em Outubro de 2002)



# Agregado familiar e actos isolados

Um agregado familiar é constituído por pai e filha, sendo que esta é estudante com mais de 25 anos. Poderá ser considerada como dependente? A resposta é simples e clara. Veja porque.

## Pergunta

Relativamente à determinação e declaração de rendimentos em sede de IRS, um agregado familiar é constituído por pai e filha. O pai é o único titular de rendimentos. A filha é estudante do ensino superior, não auferir nenhum rendimento próprio e tem idade superior a 25 anos.

A filha pode constar da declaração de rendimentos do pai como dependente, apesar do disposto na alínea 4) do n.º 13.º do Código do Imposto sobre as Pessoas Colectivas (CIRC)?

Se tal não for possível como se deve proceder?

Se a filha auferisse rendimentos inferiores ao salário mínimo nacional, através de uma ocupação em "part-time" na qualidade de prestadora de serviços, poderia este rendimento ser englobado na declaração de rendimentos do pai ou teria a filha de preencher uma declaração de rendimentos própria?

Podem os rendimentos da filha ser considerados acto isolado, de acordo com o disposto no artigo 31.º do CIRC? Este agregado familiar reside em habitação própria, adquirida em nome da filha, através do recurso a um crédito bancário bonificado, sendo o pai o fiador desta operação, visto que a filha não auferir nenhum rendimento.

Nesta situação, podem as prestações do crédito para aquisição de habitação própria da filha ser incluídos nas deduções à colecta do rendimento

do pai, visto que é ele, na qualidade de fiador, quem tem efectivamente assegurado o pagamento das prestações?

## Resposta

Para efeitos de IRS o agregado familiar é composto pelas

– Os filhos, adoptados e enteados menores não emancipados;

– Os filhos, adoptados e enteados maiores, que não tendo mais de 25 anos nem auferindo rendimentos superiores ao salário mínimo nacional, tenham frequentado no ano a que o imposto respeita o 11.º ano ou 12.º ano de escolaridade, estabelecimento de ensino médio ou superior ou cumprido serviço militar obrigatório ou serviço cívico;

– Os filhos, adoptados e enteados maiores, inaptos para o trabalho e para angariar meios de subsistência, quando não auferiram rendimentos superiores ao salário mínimo nacional mais elevado;

– Os menores sob tutela desde que não auferam quaisquer rendimentos.

maior de 25 anos, a filha não pode ser considerada dependente, pelo que, qualquer que seja o montante dos rendimentos que eventualmente obtenha, os mesmos terão de ser indicados em declaração de rendimentos própria.

O n.º 3 do art.º 3.º do Código do IRS define como rendimentos de actos isolados aqueles cujo montante não ultrapasse 50 por cento dos rendimentos do sujeito passivo, quando os houver, e não resultem de uma prática previsível ou reiterada.

O que o art.º 31.º do Código do IRS prevê é que aos rendimentos brutos da categoria B que não excedam metade do valor total dos rendimentos brutos englobados, do próprio titular ou do seu agregado (que no caso é a própria filha), e cujo montante seja for inferior a metade do salário mínimo nacional mais elevado (ou ao salário mínimo nacional mais elevado, quando se trate de vendas), sejam considerados como

acessórios, sendo-lhes aplicáveis as regras de tributação dos actos isolados.

Não são os rendimentos que são qualificados como provenientes de actos isolados, mas apenas as regras de apuramento a aplicar na determinação dos rendimentos para efeitos de IRS que são idênticas àquelas que se aplicariam se se tratasse de actos isolados.

No tocante à quinta questão, os encargos com a aquisição de habitação própria e permanente só podem ser incluídos, para efeitos de dedução à colecta, na declaração do sujeito passivo adquirente da habitação (a filha), independentemente de quem efectivamente efectue o pagamento (total ou parcial) das prestações.

Porque na situação apresentada, a filha tem mais de 25 anos (e não é inapta para o trabalho e para angariar meios de subsistência), não é considerada dependente e, portanto, não integra o agregado familiar do pai.

Se a filha obtiver rendimentos que obriguem à apresentação da declaração anual de rendimentos Modelo 3, nos termos do art.º 57.º do CIRS, terá de fazê-lo autonomamente, uma vez que não integra o agregado familiar do pai.

Relativamente à terceira questão, conforme já referido, por ser

seguintes pessoas (art.º 13.º, n.º 3, do CIRS):

– Os cônjuges não separados judicialmente de pessoas e bens e os seus dependentes;

– Cada um dos cônjuges ou ex-cônjuges, respectivamente, nos casos de separação judicial de pessoas e bens ou de declaração de nulidade, anulação ou dissolução do casamento, e os seus dependentes a seu cargo;

– O pai ou a mãe solteiros e os dependentes a seu cargo;

– O adoptante solteiro e os dependentes a seu cargo;

Por sua vez, o n.º 4 do mesmo artigo, define como dependentes:



(Resposta redigida em Setembro de 2002)



## Lista dos trabalhos publicados

**M**ês após mês, a Revista «TOC» surge com artigos e trabalhos académicos que, pela sua importância e actualidade, constituem um precioso auxílio para todos os TOC em áreas tão vastas como a ética e deontologia da profissão, Fiscalidade, Contabilidade, Direito,

Gestão ou Economia. Dado o grande número de textos já publicados ao longo de quase três anos de existência da Revista «TOC» e para facilitar a consulta dos temas que lhe possam interessar, aqui se deixa a lista de trabalhos publicados nos 32 números da sua Revista.

### Análise

Título do artigo	Autor	Data de publicação
Dois anos da «TOC» em revista	J.F. Cunha Guimarães	Maio 2002

### Contabilidade

A auditoria às contas no estatuto da OROC	J.F. Cunha Guimarães	Maio 2000
A Contabilidade, a informação e a informática	Adílio Hélder Ascensão	Fevereiro 2002
A contabilidade analítica – estudos previsionais e formação no séc. XXI	Jorge São Marcos e Paulo Naia	Janeiro 2001
A Contabilidade das propriedades de investimento	Sérgio Pontes	Janeiro 2002
A contabilidade e a Internet	José Maria Pedro	Maio 2000
A contabilidade e o ensino da língua inglesa	Ana Rita Faria, Cristina Gonçalves, Fátima Pereira, Helena Reis, Manuela Mendonça e Paula Correia	Setembro 2001
A contabilização do imposto sobre o rendimento das sociedades	Maria F. Cravo Sampaio	Março 2001
Activos incorpóreos	Domingos Cascais	Dezembro 2000
Activos intangíveis: importância e relevância na determinação do valor da empresa	Amélia Martins Pires	Junho 2002
A dispensabilidade das contas de caixa e bancos	Cristina Gonçalves	Fevereiro 2002
A importância da Contabilidade na regulamentação dos TOC	J.F. Cunha Guimarães	Abril 2000
A importância da Contabilidade para os gestores das PME	Maria Fernanda Mota Gonçalves	Dezembro 2001
As gratificações por aplicação dos resultados	J.F. Cunha Guimarães	Maio 2001
A nova estratégia contabilística da UE	Daniela Monteiro e Sérgio Pontes	Março 2002
As responsabilidades sobre as demonstrações financeiras	J.F. Cunha Guimarães	Setembro 2000
A temática contabilística dos impostos diferidos	Rogério Fernandes Ferreira	Novembro 2001
Conta 27 – acréscimos e diferimentos	João Cruzeiro	Fevereiro 2001
Contabilidade em euros: opção e conversão (I)	Mário Portugal	Novembro 2001
Contabilidade em euros: opção e conversão (II)	Mário Portugal	Dezembro 2001
Contabilidade previsional e o futuro da auditoria	Sérgio Cruz	Outubro 2002
Consolidação contabilística e fiscal – o novo regime especial de determinação da matéria colectável consolidada	Carlos Rosa Lopes	Janeiro 2001
Contabilização da concentração de negócios e impairment do goodwill	Carlos Rosa Lopes	Fevereiro 2002
Controlo contabilístico e fiscal no comércio electrónico	Quintino Aleixo	Junho 2000
Correcções relativas a exercícios anteriores (POC e CIRC)	J.F. Cunha Guimarães	Novembro 2002
Custeio variável versus custeio por absorção	Dilene Vaz Gonçalves	Outubro 2001
Empreendimentos conjuntos	Nuno Ribeiro	Junho 2001
Euro – aspectos contabilísticos e fiscais	Fernando S. Preto Ferreira	Maio 2001
Euro – conversão e soluções informáticas	Mário Portugal	Agosto 2001
Imparidade de activos	Daniela Monteiro e Sérgio Pontes	Abril 2001
Impostos diferidos (activos e passivos)	Rogério Fernandes Ferreira	Agosto 2001
Incentivos e mentira: quem diz a verdade no mercado?	Paulo Jorge Reis Mourão	Outubro 2002
Intangíveis – avanços normativos preconizados pelo FASB e pelo IASB	Amélia Martins Pires	Maio 2002

Letras a receber: problemática da sua movimentação	Mário Portugal	Janeiro 2002
O aluguer de longa duração (POC e CIRC)	J.F. Cunha Guimarães	Abril 2002
O ambiente – contabilização e relato	José António Muralha	Junho 2002
O euro adoptado por Portugal: consequências jurídicas, contabilísticas e fiscais no período de transição	Telmo Pascoal e Jorge Humberto Ribeiro	Janeiro 2002
O inventário permanente das existências	J.F. Cunha Guimarães	Fevereiro 2002
O modelo contabilístico e os intangíveis	Daniel Costa e Paula Leitão	Setembro 2002
O paradoxo da objectividade versus utilidade da informação financeira	Fernando Gonçalves da Silva	Outubro 2002
O primado do justo valor na mensuração dos instrumentos financeiros derivados	Carlos Silva Cunha	Março 2002
O POC e a sua aplicabilidade às instituições de ensino superior	Maria C. Costa Marques	Dezembro 2000
O significado da conta 25 no POC	António Pires Caiado	Janeiro 2001
Os encargos com viaturas ligeiras (POC e CIRC)	J.F. Cunha Guimarães	Agosto 2002
Os princípios contabilísticos da especialização e da prudência	Amélia Martins Pires e Fernando P. Araújo Rodrigues	Março 2001
Os subsídios (POC e CIRC)	J.F. Cunha Guimarães	Fevereiro 2001
Perda de metade do capital	Rogério Fernandes Ferreira	Março 2002
Perdas de valor do goodwill – uma questão em aberto	Maria Guia Pimpão, Paula Leitão, J.M. Espírito Santo e António M. Pimpão	Setembro 2002
Problemática contabilística do goodwill	Dilene Maria Vaz Gonçalves	Fevereiro 2002
Problemática da determinação dos cash flows em Análise de Oportunidades de Investimento: nova perspectiva	Eurico Lopes	Novembro 2002
Qual a peça contabilística mais relevante?	Rogério Fernandes Ferreira	Outubro 2002
Questões em torno da actividade dos TOC	J.F. Cunha Guimarães	Julho 2001
Reconhecimento e contabilização dos impostos diferidos	Carlos Silva Cunha	Julho 2001
Reequacionar o modelo contabilístico	Fernando Gonçalves da Silva	Setembro 2001
Resultados extraordinários: estudo comparativo entre Espanha e Portugal	Fernanda Cristina Alberto e Laura Parte Esteban	Junho 2002
Temas de contabilidade e fiscalidade	J.F. Cunha Guimarães	Novembro 2000
Transposição de contas de escudos para euros	Jorge Teixeira da Silva	Setembro 2001
Tratamento contabilístico das despesas de investigação e desenvolvimento	Jonas da Silva Oliveira e Paula Idalina Garcia Duarte	Abril 2002
Tratamento contabilístico dos activos intangíveis	Lúcia de Lima Rodrigues e Carlos Menezes	Março 2001

### Direito

A derrogação do sigilo bancário em direito fiscal	Mário P. Januário	Maio 2001
A ética e a profissão	Albano Santos	Julho 2000
Alterações legislativas no âmbito das sociedades comerciais	Hugo Carolino	Novembro 2001
Aspectos sobre cadastro predial	Manuel Pinheiro	Dezembro 2001
Caducidade e prescrição na Lei Geral Tributária	Hugo Carolino	Maio 2000
Circulares administrativas – eficácia externa e força legal	Albano Santos	Fevereiro 2002
Conselho Disciplinar em tempo de balanço	Pereira Silvão	Novembro 2001
Direitos e deveres dos TOC	Marco Vieira Nunes	Janeiro 2002



Efeito obrigatório das directrizes da CNC (I)	Hugo Carolino	Junho 2001
Efeito obrigatório das directrizes da CNC (II)	Hugo Carolino	Fevereiro 2002
Exclusão do sócio nas sociedades por quotas	Hugo Carolino	Agosto 2001
Faltas ao trabalho e os deveres de comunicação e de justificação	Albano Santos	Novembro 2000
O acesso dos comerciantes à justiça	Hugo Carolino	Dezembro 2000
O cheque sem provisão	Isabel Chéroux	Novembro 2001
O direito dos sócios à informação no âmbito do CSC	Hugo Carolino	Setembro 2000
O exercício da profissão e o Direito	Hugo Carolino	Abril 2000
O modelo orgânico tradicional nas sociedades anónimas	Hugo Carolino	Junho 2000
O objecto contratual e o de facto no regime jurídico das SGPS	Hugo Carolino	Agosto 2002
Os direitos de autor sobre a informação cartográfica	Manuel Pinheiro	Outubro 2001
Os ilícitos criminais no CSC	Hugo Carolino	Fevereiro 2001
Prestações suplementares e suprimentos	Dalila Moutinho	Fevereiro 2002
Princípios consagrados no direito das sociedades comerciais	Hugo Carolino	Agosto 2000
Procuram-se clientes – publicidade (i)legal?	Marco Vieira Nunes	Agosto 2002
Publicidade e angariação de clientela	Marco Vieira Nunes	Dezembro 2001
Sociedades de profissionais	Albano Santos	Julho 2001

## Economia

As empresas e o sobreendividamento das famílias	Jorge Miguel Cunha	Setembro 2000
---	--------------------	---------------

## Fiscalidade

A AGT e a reforma das administrações tributárias	A. Carlos dos Santos	Julho 2000
A contribuição autárquica	Rogério Fernandes Ferreira	Setembro 2001
A fiscalidade na Internet	José Maria Pedro	Outubro 2000
Ainda o lucro e a sua tributação	Rogério Fernandes Ferreira	Janeiro 2001
A proposta de directiva do IVA aplicável a serviços prestados via electrónica	Clotilde Celorico Palma	Novembro 2000
Algumas questões fiscais no comércio electrónico	Clotilde Celorico Palma	Abril 2000
A OCDE e os paraísos fiscais: novas normas de discriminação?	Clotilde Celorico Palma	Julho 2001
A Reforma Fiscal e os TOC	Geraldo Ramos Viola	Outubro 2001
A sisa e o IVA	Rogério Fernandes Ferreira	Junho 2001
As despesas sujeitas a tributação autónoma no CIRC e CIRS	J.F. Cunha Guimarães	Agosto 2000
As regras do CIVA sobre a localização das prestações de serviços (I e II)	Clotilde Celorico Palma	Agosto e Setembro 2002
As SGPS e a eliminação da dupla tributação económica	Artur Maria da Silva	Agosto 2000
A tributação das mais-valias	Rogério Fernandes Ferreira	Janeiro 2002
A tributação das mais-valias em 2001 e 2002	Ana Cristina Silva	Maio 2002
A tributação de não residentes em IRS	Ana Cristina Silva	Julho 2002
A tributação do património	Saldanha Sanches	Janeiro 2001
Auditoria fiscal	Adílio Hélder Ascensão	Dezembro 2001
Avaliação de imóveis para efeitos fiscais	Abílio Marques	Agosto 2002
Benefícios fiscais às microempresas	Paula Franco	Janeiro 2002
Categoria B - Retenção na fonte	Gilberto de Carvalho Fernandes	Maio 2002
Cessação de actividade - regime simplificado	Gilberto de Carvalho Fernandes	Janeiro 2002
Choque fiscal como forma de estímulo da oferta	Hugo Leandro Rodrigues	Maio 2002
Conciliar contabilidade e fiscalidade	Rogério Fernandes Ferreira	Novembro 2002
Declaração de início de actividade	Paula Franco	Agosto 2001
Dedução e reembolso dos pag. especiais p/conta	Ana Cristina Silva	Outubro 2001

Definição legal do conceito de acto isolado no CIRS	Manuel Faustino	Outubro 2002
Determinação dos custos comuns e apuramento da matéria colectável	Mário Jerónimo	Fevereiro 2002
Dúvidas sobre o novo Código do Imposto do Selo	Abílio Marques	Agosto 2000
Entrada em vigor do art.º 35.º do CSC	Vitor Bizarro do Vale	Junho 2002
Facturação em IVA - Directiva n.º 2001-115-CE	Clotilde Celorico Palma	Junho 2002
Fusões e aquisições de empresas	Ana Isabel Tónico dos Santos	Junho 2001
Fusões transfronteiriças	Telmo Pascoal e Ana M.ª Rodrigues	Maio 2000
Imposto do selo - principais alterações do OE de 2001	Abílio Marques	Março 2001
Imposto do selo sobre as operações de tesouraria	Manuel Silva Pinheiro	Dezembro 2000
Impostos sobre o consumo e sobre o rendimento	Manuel Benavente	Abril 2001
Incentivo fiscal à criação de emprego para jovens	Jorge Teixeira da Silva	Julho 2002
Interesse do orçamento de base zero para o sector público	Susana Jorge	Novembro 2001
IVA - direito de dedução nas câmaras municipais	Abílio Marques	Maio 2002
IVA - últimas alterações	Clotilde Celorico Palma	Novembro 2002
Método da afectação do real e do prorata do IVA nas SGPS	Artur Maria da Silva	Maio 2000
Método da equivalência patrimonial no cálculo do prorata	Artur Maria da Silva	Abril 2000
Na senda da reforma da tributação do património	Clotilde Celorico Palma	Mar. e Abril 2001
Notas sobre impostos diferidos	Daniela Monteiro e Sérgio Pontes	Julho 2000
O alerta de quem começa	Hugo Leandro Rodrigues	Março 2002
O artigo 35.º do CSC	J.F. Cunha Guimarães	Dezembro 2001
Obras de carácter plurianual: implicações contabilísticas e fiscais	Rui Lima e Cristina Gonçalves	Novembro 2002
O crédito de imposto em sede de IRC	Artur Maria da Silva	Novembro 2000
O direito à informação tributária e as consequências da violação do dever de informar	J. Silvério Mateus	Outubro 2000
O imposto de circulação e de camionagem	Luís Almeida	Novembro 2000
O IVA comunitário	Fernando Preto Ferreira	Outubro 2002
O IVA nas viaturas automóveis	Fernando Preto Ferreira	Julho 2000
O novo Código de Procedimento e de Processo Tributário	Mário Januário	Outubro 2000
O reinvestimento dos valores de realização nas SGPS	Artur Maria da Silva	Junho 2000
O regime das amortizações e reintegrações	Jorge Morais	Outubro 2001
O regime jurídico das SGPS	Artur Maria da Silva	Dezembro 2000
O rendimento tributável das empresas	Rogério Fernandes Ferreira	Maio 2000
Os pagamentos por conta no IRS	Manuel Faustino	Outubro 2000
Os problemas ambientais: a solução dos impostos ecológicos	Carlos Rocha Pimenta	Outubro 2001
Os sistemas de facturação electrónica e a assinatura digital	José Maria Pedro	Dezembro 2000
Reflectindo sobre temas de proposta(s) de Rev. de IRC	Rogério Fernandes Ferreira	Outubro 2000
Regime actual dos donativos às IPSS	Ana Lúcia Costa	Setembro 2002
Regime de tributação do rendimento das PME na União Europeia	Cidália Lopes	Setembro 2000
Regime especial de tributação dos grupos de sociedades	Artur Maria da Silva	Abril 2002
Reforma Fiscal - alguns aspectos práticos	José Brito Pereira e Pedro Viçoso Ferreira	Abril 2001
Regime fiscal das SGPS	Ana Cristina M. Costa	Agosto 2002
Regime simplificado de tributação em IVA	Clotilde Celorico Palma	Junho 2000
Rendimentos e impostos	Manuel Benavente	Novembro 2000
Sisa ou IVA?	Rogério Fernandes Ferreira	Outubro 2001



Transparência fiscal versus tributação autónoma	Pedro Barreiros	Julho 2001
Tributação dos encargos com ajudas de custo	Paula Garcia	Julho 2002
Utilização da facturação electrónica na fiscalidade	Clotilde Celorico Palma	Março 2002

## Gestão

A globalização e a centralização de funções	Carla Neves	Fevereiro 2001
A gestão das organizações e o papel dos TOC	Jorge Azevedo Guerreiro	Outubro 2002
A gestão estratégica e a contabilidade	Jorge São Marcos, Paulo Jorge Naia e Rogério Madaíl	Agosto 2001
A importância da informação de qualidade	Paulo Reis Mourão	Setembro 2002
A influência na gestão do custeio baseado na actividade	Carlos Silva e Cunha	Julho 2002
Análise aos custos da qualidade	Victor Paulo Gomes da Silva	Julho 2002
Benchmarking	José Peres	Fevereiro 2001
Breve caracterização do custeio baseado nas actividades	Manuela Fantasia e Ana Isabel Rodrigues	Novembro 2002
Capital conhecimento: a importância dos activos intangíveis	José Maria Pedro	Junho 2001
Características dos activos intangíveis	Elizabete Nascimento Serapicos	Setembro 2002
Da contabilidade à informação para a gestão	Sérgio Póvoas	Novembro 2000
Importância estratégica da medição do capital intelectual nas empresas	Elizabete Nascimento Serapicos	Agosto 2002
Indicadores de gestão para a Administração Pública	Nuno Ribeiro	Junho 2000
Inglês no ensino de Contabilidade de Gestão	Maria Teresa Salgado Lameiras	Junho 2002
Introdução ao conceito de valor acrescentado económico	António Martins	Abril 2001
Margens brutas e custos gerais	Rogério Fernandes Ferreira	Maio 2002
Métodos de aprendizagem preferidos pelos estudantes de Economia e Gestão	Ana Ribeiro, Ana Santos e António Martins	Abril 2002
O valor da empresa	Rogério Fernandes Ferreira	Julho 2001
Os custos <i>standard</i> num contexto de melhoria contínua	Jorge São Marcos, Paulo Jorge Naia, Rogério Madaíl Silva e Rosa Correia Nunes	Março 2002
Projecto profissional	Eleutério Machado, Helena Inácio, João Naia Fortes e João Sousa	Maio 2001
Qualidade: uma vantagem competitiva	Carla Margarida Ramos	Outubro 2001
Target Costing	Jonas da Silva Oliveira	Junho 2001
Técnicos Oficiais de Contas no sector público?	José Maria Pedro	Outubro 2002

## Opinião

A globalização e o comportamento do TOC	Hugo Leandro Rodrigues	Agosto 2002
A participação dos TOC no POE	Pedro Caeiro	Maio 2002
A produtividade e os apelos a baixos salários	Rogério Fernandes Ferreira	Setembro 2002
As microempresas e os gabinetes de contabilidade	Geraldo Ramos Viola	Outubro 2000
Declínios	Rogério Fernandes Ferreira	Julho 2002
Eficiência fiscal como prioridade	Guilherme d'Oliveira Martins	Março 2002
Guerra aberta à burocracia	Hugo Leandro Rodrigues	Novembro 2002
Os honorários dos TOC	Armando Marques	Outubro 2000
Os problemas da economia portuguesa	Adelino Martins	Agosto 2002
Problemática da movimentação das letras a receber	António Manuel Marques	Maio 2002

## Profissão

Actos isolados	Carlos Grenha	Maio 2001
A função disciplinar	Pereira Silvão	Junho 2000
Algo está a mudar na profissão	A. Domingues de Azevedo	Outubro 2002
A nova taxa do IVA	Armando Marques	Julho 2002

Ao serviço da causa pública	A. Domingues de Azevedo	Abril 2001
Ao trabalho	A. Domingues de Azevedo	Dezembro 2001
Artigo 35.º do CSC	Carlos Grenha	Maio 2000
A «selva» legislativa	Armando Marques	Setembro 2001
As normas do IASB	Carlos Grenha	Novembro 2001
Assembleia Geral é para participar	Armando Marques, Carlos Grenha e Jaime dos Santos	Setembro 2000
ATD – uma boa ideia	Jaime dos Santos	Novembro 2002
Basta!...	A. Domingues de Azevedo	Setembro 2000
Colaboração e diálogo	Armando Marques	Maio 2002
Com a alma a doer	A. Domingues de Azevedo	Outubro 2000
Comissão de Inscrição – balanço do mandato	José da Silva Matias	Dezembro 2001
Contributos para a inevitável revisão do ECTOC	Mário Portugal	Dezembro 2000
Defeitos na relação entre fisco e contribuintes	Eduardo Barros	Junho 2000
Deontologia profissional dos TOC	Armando Marques	Dezembro 2001
Desafio permanente	A. Domingues de Azevedo	Março 2001
Dois entes da mesma realidade	A. Domingues de Azevedo	Abril 2002
Em defesa dos princípios contabilístico/fiscais	Armando Marques	Maio 2000
Ética e deontologia	A. Domingues de Azevedo	Junho 2001
Euro, intensificar a formação	Armando Marques	Junho 2001
Expectativas frustradas	Armando Marques	Junho 2002
Fraude – o conceito de outrora	Armando Marques	Abril 2000
Imposto do selo	Carlos Grenha	Julho 2000
Haja bom senso	A. Domingues de Azevedo	Novembro 2000
Lamentos de um TOC	Armando Marques	Abril 2001
Limites de pontuação	A. Domingues de Azevedo	Fevereiro 2002
Mudança positiva	A. Domingues de Azevedo	Julho 2002
Não aceitamos estatuto de menoridade	A. Domingues de Azevedo	Janeiro 2001
No bom caminho	A. Domingues de Azevedo	Agosto 2002
Normalização contabilística	Carlos Grenha	Setembro 2002
Pela obrigatoriedade dos TOC na Administração Pública	A. Domingues de Azevedo	Maio 2001
O caminho mais fácil	A. Domingues de Azevedo	Maio 2002
O Estado e o controlo dos seus créditos	Armando Marques	Outubro 2001
O euro e o TOC	Mário Portugal	Fevereiro 2001
O TOC – as rosas e o pão	Jaime dos Santos	Agosto 2002
O TOC e a desmaterialização das declarações fiscais	Armando Marques	Julho 2001
Os TOC e a formação	Domingos Cravo	Maio 2000
Os TOC e «Os encontros das quartas»	Armando Marques	Fevereiro 2001
Passado, presente e futuro da CTOC	A. Domingues de Azevedo	Agosto 2000
Prós e contras no OE para 2003	A. Domingues de Azevedo	Novembro 2002
Prudência – uma norma a não esquecer	Armando Marques	Outubro 2002
Qualidade a controlar	Carlos Grenha	Novembro 2002
Querer é poder	A. Domingues de Azevedo	Agosto 2001
Reflexões sobre o trabalho do TOC	João Cruzeiro	Setembro 2001
Reforçar e reafirmar a “família TOC”	Armando Marques	Julho 2000
TOC com responsabilidades acrescidas	Armando Marques	Março 2002
Todos somos poucos	A. Domingues de Azevedo	Janeiro 2002
Todos juntos seremos capazes	A. Domingues de Azevedo	Novembro 2001
Todos somos obreiros	A. Domingues de Azevedo	Julho 2001
Uma vez mais	A. Domingues de Azevedo	Junho 2002
Vale a pena lutar	A. Domingues de Azevedo	Maio 2000
Valeu a pena	A. Domingues de Azevedo	Setembro 2000



## Consultório técnico

Nos seus 32 números, a Revista «TOC» publicou várias centenas de questões colocadas pelos TOC, denominadas de «Consultório Técnico».

Para facilidade de consulta, fica aqui o índice dos títulos de todas as perguntas publicadas (e respectivas respostas), na certeza de que lhe poderão ser úteis para o seu dia-a-dia.

### A

Actividade artística e royalties	N.º 16 – Julho 2001
Actividade de construção civil	N.º 4 – Julho 2000
Actividade de factoring	N.º 15 – Junho 2001
Actividade imobiliária	N.º 3 – Junho 2000
Actualização do montante das coimas	N.º 16 – Julho 2001
Ajudas de custo e tributação autónoma	N.º 25 – Abril 2002
ALD de viatura ligeira de passageiros	N.º 24 – Março 2002
Alienação de imóveis pertencentes ao imobilizado	N.º 31 – Outubro 2002
Alienação de prédio urbano adquirido antes de 1989	N.º 8 – Novembro 2000
Alienação de quotas por não residentes	N.º 30 – Setembro 2002
Anexo L da declaração anual	N.º 14 – Maio 2001
Anulação de facturas	N.º 19 – Outubro 2001
Aprovação das contas pela AG	N.º 8 – Novembro 2000
Arranjos florais	N.º 20 – Novembro 2001
Artigo 3.º do CIVA	N.º 19 – Outubro 2001
Artigo 12.º do CIRS	N.º 16 – Julho 2001
Artigo 71.º do CIVA regularizações	N.º 21 – Dezembro 2001
Artigos 13.º e 14.º do CIVA	N.º 29 – Agosto 2002
Aquisição de activos e passivos	N.º 19 – Outubro 2001
Aquisição de autocaravana	N.º 20 – Novembro 2001
Aquisição de direito de férias	N.º 7 – Outubro 2000
Aquisição de viatura ligeira por sócio-gerente à sociedade	N.º 30 – Setembro 2002
Aquisição de viaturas em 2.ª mão	N.º 29 – Agosto 2002
Aquisições efectuadas a agricultores	N.º 22 – Janeiro 2002
Assalto e roubo de artigos	N.º 11 – Fevereiro 2001
Assembleia Geral Ordinária	N.º 8 – Novembro 2000
Associação com direito a dedução	N.º 25 – Abril 2002
Associação cultural sem fins lucrativos	N.º 3 – Junho 2000
Aumento do capital através de suprimentos	N.º 26 – Maio 2002
Aumento do capital social	N.º 8 – Novembro 2000
Aumento do capital em euros e registo de escrituras	N.º 22 – Janeiro 2002
Aumento do capital por incorporação de reservas	N.º 19 – Outubro 2001

### B

Bens em circulação e IVA	N.º 28 – Julho 2002
Benefícios fiscais a empresas que colaborem com Timor	N.º 8 – Novembro 2000
Bruxelas emite recomendações para facilitar passagem ao euro	N.º 9 – Dezembro 2000

### C

Caducidade do direito à liquidação	N.º 17 – Agosto 2001
Cálculo da mais-valia obtida com alienação de quotas	N.º 11 – Fevereiro 2001
Categoria C	N.º 9 – Dezembro 2000
Morte do titular dos rendimentos	N.º 21 – Dezembro 2001
Cedência de créditos por valor inferior ao valor nominal	N.º 31 – Outubro 2002
Cedência de posição contratual	N.º 28 – Julho 2002
Certificação legal das contas em adegas cooperativas	N.º 4 – Julho 2000
Cessão de património	N.º 20 – Novembro 2001
Cessão de prestações suplementares	N.º 22 – Janeiro 2002
Cheque-brinde	N.º 21 – Dezembro 2001
Circulação de mercadorias	N.º 29 – Agosto 2002
Cisão de empresas	N.º 31 – Outubro 2002
Cisão de sociedades	N.º 30 – Setembro 2002
Compensações a sócios-gerentes	N.º 6 – Setembro 2000
Conceito de investimentos financeiros	N.º 30 – Setembro 2002
Conceito de residente em território português	N.º 17 – Agosto 2001
Códigos do IRS, IRC e EBF (renumeração)	N.º 22 – Janeiro 2002
Comissionistas retenção na fonte	N.º 26 – Maio 2002
Construção de moradia e contribuição autárquica	N.º 27 – Junho 2002
Conta de depósitos à ordem negativa	N.º 19 – Outubro 2001
Contas poupança-habitação	N.º 29 – Agosto 2002
Conta poupança-habitação	N.º 5 – Agosto 2000
Contabilidade em euros	N.º 22 – Janeiro 2002
Contabilização de descontos	N.º 4 – Julho 2000
Contabilização de despesas	N.º 9 – Dezembro 2000
Contabilização de operações, orçamentos e empréstimo em nome dos sócios	N.º 4 – Julho 2000
Contabilização de pequenas reparações	N.º 24 – Março 2002
Contabilização de subsídios	N.º 28 – Julho 2002
Contabilização de trespasse	N.º 3 – Junho 2000
Contrato de consórcio	N.º 32 – Novembro 2002
Contrato de consórcio ou associação em participação	N.º 24 – Março 2002
Contratos de permuta	N.º 24 – Março 2002
Contratos de permuta na construção civil	N.º 27 – Junho 2002
Contribuições para a Segurança Social	N.º 27 – Junho 2002
Contribuições para a Segurança Social pelos órgãos estatutários	N.º 17 – Agosto 2001
Convenção com a Hungria sobre dupla tributação	N.º 7 – Outubro 2000
Convenção para evitar dupla tributação económica	

Cooperativa cultural declarada de utilidade pública	N.º 9 – Dezembro 2000
Cooperativa de solidariedade social e cooperativa de habitação	N.º 12 – Março 2001
Cooperativas agrícolas	N.º 24 – Março 2002
Correcção de autoliquidação	N.º 2 – Maio 2000
Correcção de valores declarados	N.º 24 – Março 2002
Correcções a exercícios anteriores	N.º 5 – Agosto 2000
Correcções de erros	N.º 9 – Dezembro 2000
Correcções nos registos contabilísticos e responsabilidade do TOC	N.º 19 – Outubro 2001
Correcções relativas a exercícios anteriores	N.º 25 – Abril 2002
Crédito fiscal ao investimento na Madeira	N.º 25 – Abril 2002
Créditos de cobrança duvidosa	N.º 9 – Dezembro 2000
Créditos incobráveis	N.º 27 – Junho 2002
Criação de postos de trabalho	N.º 11 – Fevereiro 2001
Criação de emprego para jovens	N.º 21 – Dezembro 2001
Crítérios de valorimetria	

### D

Data de inscrição no RNPC	N.º 10 – Janeiro 2001
Débito de despesas	N.º 19 – Outubro 2001
Débito de despesas e direito à dedução	N.º 7 – Outubro 2000
Declaração de início de actividade	N.º 13 – Abril 2001
Declaração de substituição de IVA	N.º 17 – Agosto 2001
Declaração de substituição de IVA Modelo C	N.º 21 – Dezembro 2001
Declaração periódica de substituição Modelo C	N.º 7 – Outubro 2000
Declaração verbal	N.º 28 – Julho 2002
Declarações electrónicas	N.º 11 – Fevereiro 2001
Dedução à colecta das rendas pagas	N.º 19 – Outubro 2001
Dedução do IVA no gasóleo	N.º 24 – Março 2002
Dedução em IRS de despesas com leasing de imóveis	N.º 10 – Janeiro 2001
Dedutibilidade fiscal dos encargos com pensões de reforma	N.º 16 – Julho 2001
Dependentes	N.º 5 – Agosto 2000
Depósito de contas	N.º 16 – Julho 2001
Deslocações em viatura própria	N.º 5 – Agosto 2000
Desperdício de existências e honorários mínimos	N.º 20 – Novembro 2001
Despesas com educação e alienação de acções	N.º 30 – Setembro 2002
Despesas com refeições	N.º 25 – Abril 2002
Despesas com viagens	N.º 25 – Abril 2002
Despesas com viaturas	N.º 16 – Julho 2001
Despesas de saúde	



Despesas em nome e por conta do cliente	N.º 11 – Fevereiro 2001
Despesas por conta do cliente na categoria B	N.º 25 – Abril 2002
Despesas relativas a viaturas	N.º 30 – Setembro 2002
Detenção de imóveis por sociedades <i>off-shore</i>	N.º 21 – Dezembro 2001
Directriz Contabilística n.º 25 interpretação técnica	N.º 20 – Novembro 2001
Directriz Contabilística n.º 28 impostos sobre o rendimento	N.º 18 – Setembro 2001
Direito à dedução	N.º 19 – Outubro 2001
Direito à dedução do IVA nas facturas	N.º 12 – Março 2001
Dispensa de escritura na dissolução de sociedade N.º 9	N.º 7 – Outubro 2000
Dispensa de escritura por redenominação do capital social em euros	N.º 9 – Dezembro 2000
Dissolução de sociedade	N.º 31 – Outubro 2002
Distribuição de lucros	N.º 16 – Julho 2001
Distribuição de reservas	N.º 12 – Março 2001
Documentos de suporte	N.º 24 – Março 2002
Documentos emitidos no estrangeiro	N.º 25 – Abril 2002
Donativo a associação religiosa	N.º 24 – Março 2002
Donativo a IPSS	N.º 25 – Abril 2002
Donativos de existências	N.º 8 – Novembro 2000
Donativos e benefícios fiscais	N.º 29 – Agosto 2002
«Dossier» fiscal	N.º 7 – Outubro 2000
Dúvidas em torno do IVA	N.º 6 – Setembro 2000

## E

Efeitos da Reforma Fiscal em IRS e IRC	N.º 14 – Maio 2001
Emissão de documentos com sinal negativo	N.º 25 – Abril 2002
Emissão de letras e imposto do selo	N.º 7 – Outubro 2000
Emissão de recibo de quitação	N.º 25 – Abril 2002
Empréstimo a cooperativa por parte de um cooperador	N.º 27 – Junho 2002
Empréstimo de sócios para aquisição de viatura	N.º 23 – Fevereiro 2002
Empréstimos aos sócios	N.º 31 – Outubro 2002
Empresário em nome individual	N.º 3 – Junho 2000
Encargo do imposto do selo nas letras	N.º 18 – Setembro 2001
Encargos para a Segurança Social em sociedades inactivas	N.º 13 – Abril 2001
Enquadramento de associação sem fins lucrativos	N.º 21 – Dezembro 2001
Enquadramento em IRC	N.º 23 – Fevereiro 2002
Enquadramento fiscal das ofertas a clientes	N.º 8 – Novembro 2000
Entidades sem fins lucrativos	N.º 31 – Outubro 2002
Entrega das declarações Mod. 22	N.º 17 – Agosto 2001
Entrega dos anexos do IVA e IRS	N.º 17 – Agosto 2001
Entregas dos agricultores às cooperativas	N.º 15 – Junho 2001
Erro no preenchimento de declaração	N.º 20 – Novembro 2001
Estágios profissionais	N.º 1 – Abril 2000
Estágios profissionais	N.º 10 – Janeiro 2001

Explicações e enquadramento em sede de IVA	N.º 30 – Setembro 2002
Exploração de estabelecimento comercial	N.º 31 – Outubro 2002
Extensão de inspecção tributária e caducidade do direito à liquidação	N.º 8 – Novembro 2000

## F

Factura ou documento equivalente	N.º 29 – Agosto 2002
Facturas próprias em aquisição a terceiros	N.º 30 – Setembro 2002
Facturação de despesas de saúde	N.º 19 – Outubro 2001
Facturação de peças de ouro	N.º 25 – Abril 2002
Facturação e IVA	N.º 7 – Outubro 2000
Facturação e IVA	N.º 14 – Maio 2001
Facturação e substituição	N.º 19 – Outubro 2001
Facturação ou documentos equivalentes	N.º 10 – Janeiro 2001
Filial na Zona Franca da Madeira	N.º 24 – Março 2002
Formação profissional	N.º 17 – Agosto 2001
Formação profissional e subsídios	N.º 27 – Junho 2002
Formalidades a observar na dissolução de sociedade	N.º 31 – Outubro 2002
Fornecimento de materiais de construção	N.º 23 – Fevereiro 2002
Furto de mercadorias	N.º 15 – Junho 2001

## G

Gasóleo e o direito à dedução	N.º 18 – Setembro 2001
Gasolina e dedução de IVA	N.º 28 – Julho 2002
Gratificação	N.º 29 – Agosto 2002
Gratificações a administradores	N.º 23 – Fevereiro 2002
Gratificações a membros da administração	N.º 6 – Setembro 2000
Gratificações a sócios gerentes	N.º 6 – Setembro 2000
Gratificações de trabalhadores a título de participação nos resultados	N.º 5 – Agosto 2000
Gratificações por aplicação de resultados	N.º 11 – Fevereiro 2001

## I

Impossibilidade de assinatura de acta por sócio	N.º 8 – Novembro 2000
Imposto do selo	N.º 12 – Março 2001
Imposto do selo e dedução de letras	N.º 12 – Março 2001
Imposto do selo e mediação de seguros	N.º 13 – Abril 2001
Imposto do selo nos contratos de trabalho	N.º 30 – Setembro 2002
Imposto do selo nos contratos de arrendamento	N.º 26 – Maio 2002
Incentivos fiscais às microempresas	N.º 7 – Outubro 2000
Incentivos fiscais às microempresas	N.º 21 – Dezembro 2001
Incidência do imposto do selo nos livros dos comerciantes	N.º 26 – Maio 2002
Incumprimento da obrigação de registar actas	N.º 28 – Julho 2002
Indemnização	N.º 4 – Julho 2000
Indemnizações	N.º 30 – Setembro 2002
Indemnização por despedimento	N.º 3 – Junho 2000
Indemnizações de mercadorias extraviadas	N.º 20 – Novembro 2001

Institutos públicos	N.º 24 – Março 2002
Intermediação em nome e por conta de outrem	N.º 5 – Agosto 2000
Interpretação do artigo 262.º do CSC	N.º 27 – Junho 2002
IRS – taxas de retenção na fonte	N.º 28 – Julho 2002
Isonomia da sisa com posterior arredondamento	N.º 28 – Julho 2002
Isonomia de IVA nas vendas efectuadas a exportadores	N.º 28 – Julho 2002
Isonomias e formalidades na redenominação e aumento de capital	N.º 8 – Novembro 2000
Isonomias numa IPSS e IVA	N.º 29 – Agosto 2002
IVA dedutível contabilizado como custo	N.º 7 – Outubro 2000
IVA e agências de viagens	N.º 20 – Novembro 2001
IVA e débito de encargos	N.º 14 – Maio 2001
IVA e donativos	N.º 15 – Junho 2001
IVA e obrigações declarativas	N.º 21 – Dezembro 2001
IVA e operações sujeitas a sisa	N.º 15 – Junho 2001
IVA e prestações de serviços	N.º 27 – Junho 2002
IVA intracomunitário	N.º 5 – Agosto 2000
IVA nos transportes intracomunitários	N.º 13 – Abril 2001
IVA – acto isolado	N.º 22 – Janeiro 2002
IVA – adiantamentos	N.º 20 – Novembro 2001
IVA – aquisições intracomunitárias	N.º 1 – Abril 2000
IVA – aquisição intracomunitária e leasing	N.º 3 – Junho 2000
IVA – aquisições intracomunitárias de bebidas alcoólicas	N.º 25 – Abril 2002
IVA – arredondamento na factura	N.º 7 – Outubro 2000
IVA – artigo 16.º do RITI	N.º 6 – Setembro 2000
IVA – associação em participação	N.º 26 – Maio 2002
IVA – associação religiosa	N.º 8 – Novembro 2000
IVA – bens de abastecimento a bordo de aeronaves	N.º 28 – Julho 2002
IVA – compra de viaturas usadas	N.º 15 – Junho 2001
IVA – débito de despesas	N.º 30 – Setembro 2002
IVA – débitos de consumo de energia	N.º 28 – Julho 2002
IVA – Débito de direitos aduaneiros	N.º 32 – Novembro 2002
IVA – Descontos antecipados	N.º 10 – Janeiro 2001
IVA – devolução de compras e vendas intracomunitárias	N.º 4 – Julho 2000
IVA – direito à dedução	N.º 1 – Abril 2000
IVA – direito à dedução	N.º 30 – Setembro 2002
IVA – direito à dedução	N.º 32 – Novembro 2002
IVA – enquadramento de uma IPSS	N.º 15 – Junho 2001
IVA – formação profissional	N.º 10 – Janeiro 2001
IVA – gasóleo e direito à dedução	N.º 8 – Novembro 2000
IVA – habitações para o pessoal da empresa	N.º 25 – Abril 2002
IVA – importação	N.º 18 – Setembro 2001
IVA – importação de mercadorias	N.º 22 – Janeiro 2002
IVA – imputação de custos	N.º 21 – Dezembro 2001
IVA – indemnizações	N.º 19 – Outubro 2001
IVA – indemnizações	N.º 31 – Outubro 2002
IVA – instalações e montagem	N.º 29 – Agosto 2002



IVA – isenção ao abrigo do artigo 15.º	N.º 31 – Outubro 2002
IVA – liquidação	N.º 26 – Maio 2002
IVA – localização das prestações de serviços	N.º 8 – Novembro 2000
IVA – operações triangulares	N.º 20 – Novembro 2001
IVA – prestações de serviços de transportes	N.º 1 – Abril 2000
IVA – reembolso	N.º 27 – Junho 2002
IVA – subsídios	N.º 16 – Julho 2001
IVA – subsídios	N.º 26 – Maio 2002
IVA – subsídios aos produtores agrícolas	N.º 28 – Julho 2002
IVA – transmissão de moldes	N.º 30 – Setembro 2002
IVA – transportes intracomunitários e reembolsos ao abrigo da 8.ª Directiva	N.º 6 – Setembro 2000
IPSS – Modelo 22 e TOC	N.º 1 – Abril 2000

## J

Juros recebidos por sociedade de capital de risco	N.º 24 – Março 2002
---	---------------------

## L

Legislação sobre Segurança Social	N.º 26 – Maio 2002
Legislação sobre Segurança Social	N.º 28 – Julho 2002
Letras e imposto do selo	N.º 13 – Abril 2001
Levantamentos de uma conta poupança-habitação	N.º 19 – Outubro 2001
Liquidação de IVA na venda de imobilizado	N.º 5 – Agosto 2000
Liquidação e pagamento do imposto do selo	N.º 26 – Maio 2002
Localização das prestações de serviços	N.º 6 – Setembro 2000
Localização das prestações de serviços	N.º 16 – Julho 2001
Localização das prestações de serviços	N.º 22 – Janeiro 2002
Liquidação de quota	N.º 32 – Novembro 2002
Loteamento, construção e venda de andares	N.º 16 – Julho 2001

## M

Mais-valias imobiliárias e enquadramento em IRS	N.º 31 – Outubro 2002
Mais-valias obtidas na alienação de habitação própria	N.º 27 – Junho 2002
Mais-valias obtidas com alienação de habitação	N.º 12 – Março 2001
Mais-valias obtidas com alienação de habitação	N.º 20 – Novembro 2001
Mais-valias resultante da alienação de quota	N.º 6 – Setembro 2000
Mapas recapitulativos	N.º 11 – Fevereiro 2001
Máquinas de venda automática	N.º 24 – Março 2002
Mercadorias à consignação	N.º 1 – Abril 2000
Métodos de apuramento da matéria colectável	N.º 13 – Abril 2001
Micro-empresa: pagamento especial por conta	N.º 1 – Abril 2000

## N

Número de contribuinte	N.º 3 – Junho 2000
------------------------	--------------------

## O

Obras de reparação e renovação em habitações	N.º 10 – Janeiro 2001
Opção por contabilidade organizada	N.º 27 – Junho 2002
Operações de sucursal de empresa portuguesa	N.º 32 – Novembro 2002
Operações intracomunitárias	N.º 31 – Outubro 2002
Operações isentas de sisa	N.º 21 – Dezembro 2001
Operações que dão lugar a exportações	N.º 30 – Setembro 2002
Operações realizadas nos Açores e na Madeira	N.º 19 – Outubro 2001

## P

Pacto de não concorrência	N.º 16 – Julho 2001
Pacto social actualizado	N.º 25 – Abril 2002
Pagamento de comissões	N.º 16 – Julho 2001
Pagamento de despesas de curso	N.º 20 – Novembro 2001
Pagamento de indemnização sentenciado pelo tribunal	N.º 6 – Setembro 2000
Pagamento de jóia	N.º 17 – Agosto 2001
Pagamento especial de IRC	N.º 4 – Julho 2000
Pagamento especial por conta	N.º 7 – Outubro 2000
Pagamento especial por conta	N.º 24 – Março 2002
Pagamento especial por conta em sociedade prestes a encerrar	N.º 24 – Março 2002
Pagamentos especiais por conta	N.º 16 – Julho 2001
Pagamento por conta e em nome de clientes	N.º 7 – Outubro 2000
Pagamentos por conta e regularização de existências	N.º 32 – Novembro 2002
Partilha do património	N.º 18 – Setembro 2001
Passeios equestres – tributação em IVA	N.º 25 – Abril 2002
Patrocínio	N.º 31 – Outubro 2002
Permuta de imobilizado	N.º 28 – Julho 2002
Política de informação da CNC	N.º 23 – Fevereiro 2002
Prazo de arquivo de suporte documental	N.º 26 – Maio 2002
Preenchimento de Mod. 22 por IPSS	N.º 23 – Fevereiro 2002
Prémios de produtividade	N.º 14 – Maio 2001
Prescrição da obrigação de imposto	N.º 8 – Novembro 2000
Prestação de contas	N.º 31 – Outubro 2002
Prestação de serviços de intermediação	N.º 20 – Novembro 2001
Prestações de serviços com incorporação de materiais	N.º 31 – Outubro 2002
Prestações de serviços	N.º 22 – Janeiro 2002
Prestações de serviços de download	N.º 20 – Novembro 2001
Prestações de serviços e IVA	N.º 20 – Novembro 2001
Prestações de serviços efectuadas por empresas sedeadas em Espanha	N.º 8 – Novembro 2000
Prestações de serviços por empresas não residentes	N.º 13 – Abril 2001
Prestações suplementares	N.º 2 – Maio 2000
Prestações suplementares	N.º 4 – Julho 2000

Prestações suplementares de capital	N.º 4 – Julho 2000
Prestações suplementares e outras formas de fornecimento	N.º 8 – Novembro 2000
Prestador de serviços residente em Espanha	N.º 13 – Abril 2001
Produtos deteriorados ou inutilizados	N.º 2 – Maio 2000
Produtos deteriorados e inutilizados	N.º 20 – Novembro 2001
Proveitos e custos numa associação desportiva	N.º 5 – Agosto 2000
Provisão para cobrança duvidosa	N.º 30 – Setembro 2002
Provisões constituídas no âmbito da contribuição industrial	N.º 6 – Setembro 2000
Provisões para cobranças duvidosas	N.º 13 – Abril 2001
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	N.º 11 – Fevereiro 2001
Provisões para depreciação de existências	N.º 5 – Agosto 2000

## Q

Quadros do Anexo L	N.º 31 – Outubro 2002
Quotas próprias	N.º 13 – Abril 2001
Quotizações	N.º 30 – Setembro 2002
Quotizações pagas à CTC	N.º 7 – Outubro 2000

## R

Recibos de vencimento	N.º 29 – Agosto 2002
Recibos verdes emitidos por sócios-gerentes	N.º 6 – Setembro 2000
Reconhecimento do rédito proveniente da venda de bens	N.º 28 – Julho 2002
Recuperação de empresas	N.º 8 – Novembro 2000
Redenominação do capital	N.º 24 – Março 2002
Redenominação e aumento do capital social	N.º 22 – Janeiro 2002
Redução do capital de uma sociedade por quotas	N.º 19 – Outubro 2001
Reforço de provisão para cobrança duvidosa	N.º 23 – Fevereiro 2002
Reforma Fiscal e regime simplificado	N.º 16 – Julho 2001
Regime de isenção de IVA ao abrigo do art.º 53.º	N.º 7 – Outubro 2000
Regime de transparência fiscal	N.º 24 – Março 2002
Regime de transparência fiscal	N.º 25 – Abril 2002
Regime especial aplicável ao ouro	N.º 19 – Outubro 2001
Regime especial de isenção no artigo 53.º do CIVA	N.º 27 – Junho 2002
Regime especial dos combustíveis	N.º 14 – Maio 2001
Regime especial de tributação das agências de viagens	N.º 25 – Abril 2002
Regime especial de tributação de grupos de sociedades	N.º 30 – Setembro 2002
Regime misto de IVA	N.º 11 – Fevereiro 2001
Regime particular das agências de viagens	N.º 16 – Julho 2001
Regime simplificado e geral	N.º 32 – Novembro 2002
Regime simplificado em IRS	N.º 21 – Dezembro 2001
Regime simplificado em IRS	N.º 22 – Janeiro 2002
Registo de contas de sociedade	N.º 8 – Novembro 2000



Registo na Conservatória e aumento de capital	N.º 7 – Outubro 2000
Regras de valorimetria	N.º 31 – Outubro 2002
Regularização de um contrato de locação financeira	N.º 2 – Maio 2000
Regularizações	N.º 2 – Maio 2000
Regularizações e mercadorias roubadas	N.º 22 – Janeiro 2002
Regularizações referentes ao IVA	N.º 19 – Outubro 2001
Reinvestimento do valor de venda de habitação	N.º 28 – Julho 2002
Reinvestimento dos valores de realização	N.º 8 – Novembro 2000
Remissão de dívidas	N.º 17 – Agosto 2001
Remunerações de empresário e agregado familiar	N.º 19 – Outubro 2001
Remunerações dos administradores e dos gerentes das sociedades	N.º 24 – Março 2002
Remunerações em estágios profissionais	N.º 17 – Agosto 2001
Remunerações fixas e variáveis	N.º 30 – Setembro 2002
Renda condicionada	N.º 31 – Outubro 2002
“Rendas” de leasing e subcontas de IVA	N.º 13 – Abril 2001
Rendimentos agrícolas e comerciais	N.º 32 – Novembro 2002
Rendimentos auferidos por empresa com sede no Brasil	N.º 26 – Maio 2002
Rendimentos de condomínio	N.º 27 – Junho 2002
Rendimentos de não residente	N.º 30 – Setembro 2002
Rendimentos em espécie	N.º 28 – Julho 2002
Rendimentos em espécie	N.º 29 – Agosto 2002
Rendimentos pagos por entidade da zona franca da Madeira	N.º 17 – Agosto 2001
Rendimentos pagos por seguradora	N.º 31 – Outubro 2002
Representação dos sócios falecidos	N.º 21 – Dezembro 2001
Responsabilidade do TOC no encerramento das contas do exercício	N.º 3 – Junho 2000
Responsabilidade fiscal no pagamento das coimas	N.º 26 – Maio 2002
Responsabilidade tributária na falência	N.º 27 – Junho 2002
Retenção na fonte	N.º 15 – Junho 2001
Retenção na fonte	N.º 32 – Novembro 2002
Retenção na fonte da categoria B	N.º 19 – Outubro 2001
Retenção na fonte – categoria B	N.º 22 – Janeiro 2002
Retenção na fonte de IRC	N.º 6 – Setembro 2000
Retenção na fonte em IRS e IRC no sector da construção	N.º 21 – Dezembro 2001
Retenção na fonte por parte de uma IPSS	N.º 22 – Janeiro 2002
«Royalties» e direitos análogos	N.º 17 – Agosto 2001

S

Segurança Social dos elementos dos órgãos estatutários	N.º 15 – Junho 2001
Serviço de alimentação e bebidas aos empregados	N.º 29 – Agosto 2002
Serviços do IVA com novos números de telefones	N.º 10 – Janeiro 2001
Serviços efectuados a uma cooperativa de habitação	N.º 22 – Janeiro 2002
Sociedades de agricultura de grupo	N.º 15 – Junho 2001

Sociedades de competências delegadas por uma câmara	N.º 13 – Abril 2001
Sociedades de profissionais e despesas com viaturas	N.º 19 – Outubro 2001
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	N.º 2 – Maio 2000
Sociedades transparentes	N.º 24 – Março 2002
Sociedade unipessoal	N.º 14 – Maio 2001
Sociedades unipessoais e regime simplificado	N.º 26 – Maio 2002
Subsídio de deslocação	N.º 31 – Outubro 2002
Subsídios	N.º 29 – Agosto 2002
Subsídios para a formação profissional	N.º 7 – Outubro 2000
Subsídios para o cinema	N.º 3 – Junho 2000
Substituição de facturas	N.º 21 – Dezembro 2001
Substituição dos livros de registo	N.º 16 – Julho 2001
Sucursal – IVA e IRC	N.º 22 – Janeiro 2002
Sucursais de sociedades estrangeiras	N.º 23 – Fevereiro 2002
Sujeitos passivos totalmente isentos	N.º 21 – Dezembro 2001
Suprimentos	N.º 4 – Julho 2000

T

Tabela global de códigos de taxa para trabalhadores por conta de outrem	N.º 23 – Fevereiro 2002
Talão Multibanco	N.º 29 – Agosto 2002
Taxas de IVA em consórcio	N.º 26 – Maio 2002
“Trabalho a feito” e tributação em IVA	N.º 15 – Junho 2001
Trabalho dependente prestado a empresa francesa	N.º 28 – Julho 2002
Transformação de sociedades comerciais	N.º 17 – Agosto 2001
Transformação de sociedade por quotas	N.º 15 – Junho 2001
Transformação de sociedade por quotas em sociedade unipessoal	N.º 5 – Agosto 2000
Transmissão de bens	N.º 7 – Outubro 2000
Transmissão de um imóvel	N.º 30 – Setembro 2002
Transmissão de imobilizado e existências	N.º 6 – Setembro 2000
Transmissão de «stocks»	N.º 17 – Agosto 2001
Transmissão de uma viatura	N.º 22 – Janeiro 2002
Transmissões intracomunitárias e declaração anual	N.º 20 – Novembro 2001
Transmissões intracomunitárias – serviços de publicidade	N.º 6 – Setembro 2000
Transparência fiscal	N.º 2 – Maio 2000
Transparência fiscal	N.º 4 – Julho 2000
Transparência fiscal	N.º 30 – Setembro 2002
Tratamento de filial em Espanha	N.º 16 – Julho 2001
Trespasse de estabelecimento comercial	N.º 9 – Dezembro 2000
Tributação autónoma das despesas com viaturas ligeiras de passageiros	N.º 8 – Novembro 2000
Tributação autónoma de rendimentos da categoria B	N.º 28 – Julho 2002
Tributação das mais-valias obtida com alienação de acções	N.º 10 – Janeiro 2001
Tributação de farmácia	N.º 31 – Outubro 2002
Tributação de IVA na restauração	N.º 26 – Maio 2002

Tributação de trabalhadores independentes	N.º 11 – Fevereiro 2001
Tributação dos rendimentos agrícolas	N.º 28 – Julho 2002
Tributação dos sujeitos passivos inactivos	N.º 23 – Fevereiro 2002
Tributação em IRC de rendimentos obtidos fora do território português	N.º 28 – Julho 2002
Turismo rural e direito à dedução	N.º 26 – Maio 2002

U

Uma sociedade de profissionais liberais	N.º 1 – Abril 2000
Utensílios médicos e IVA	N.º 26 – Maio 2002

V

Valorimetria do imobilizado	N.º 27 – Junho 2002
Valorimetria do imobilizado corpóreo	N.º 3 – Junho 2000
Variação patrimonial	N.º 23 – Fevereiro 2002
Vendas à consignação	N.º 15 – Junho 2001
Venda de imobilizado e subarrendamento	N.º 2 – Maio 2000
Venda de viatura e reinvestimento de mais-valias	N.º 25 – Abril 2002
Viaturas usadas – regime especial de tributação dos bens em segunda mão	N.º 12 – Março 2001

